



Monitoramento Terras Quilombolas e Direitos Territoriais Dados - 1º Semestre 2010

O Placar das Titulações

No primeiro semestre de 2010, foram tituladas duas terras quilombolas beneficiando 136 famílias em São Paulo e no Pará. Um título foi emitido pelo Incra e o outro pelo Instituto de Terras do Pará.

Terras Quilombolas Tituladas no 1º semestre de 2010

Terra titulada	Famílias	Área Titulada (ha)	Município	UF	Expedidor
Ivaporunduva ¹	82	2035,12	Eldorado	SP	Incra
Nossa Senhora do Livramento	54	178,1272	Igarapé-Açu/Nova Timboteua	PA	Iterpa

Assim, no primeiro semestre de 2010, o número total de comunidades quilombolas com terras tituladas no Brasil passou para 180. São 102 territórios quilombolas regularizados, sendo 23 pelo governo federal, 75 por governos estaduais e outras cinco terras regularizadas por meio de títulos concedidos pelo governo federal e governos estaduais (cada uma para uma porção do território). Na sua totalidade somam 959.767,4282 hectares onde reside uma população estimada em 11.299 famílias.

Além disso, o Incra tituló o território da comunidade de Ivaporunduva atendendo a determinação de decisão judicial de 15 de dezembro de 2008. A decisão ratificou a declaração dos associados da Associação Quilombo de Ivaporunduva como remanescentes de comunidade de quilombo, determinando que a União Federal, ou entidade pública por ela criada, fosse condenada a emitir o título, bem como providenciar seu registro imobiliário. Com mais essa titulação, o governo Lula totaliza a emissão de nove títulos para comunidades quilombolas.

Observação: em agosto de 2010 foram tituladas duas terras pelo Incra:

Terra titulada	Comunidades	Famílias	Área Titulada (ha)	Município	UF	Expedidor
ARQUINEC	Campo Verde, Igarapé Dona, Ipanema e Santo Antônio	180	5.981,3412	Concórdia do Pará	PA	Incra
Jesus	Jesus	12	5.627,3058	São Miguel do Guaporé /Seringueiras	RO	Incra

¹ Parte das terras da Comunidade de Ivaporunduva (672,2844 ha) já havia sido titulada pelo ITESP no ano de 2003.

Evolução dos Processos Administrativos

Entre janeiro e junho de 2010, registraram-se os seguintes andamentos nos procedimentos administrativos:

- Abertura pelo Incra de 37 novos processos:

Alagoas - 1 novo processo

Barro Preto

Amapá - 2 novos processos

Engenho do Matapi

Kulumbú do Patualzinho

Bahia - 10 novos processos

Vargem Alta

Juá-Bandeira

Buri

Lagoa do Galdêncio

São Raimundo

Quitungo

Fazenda Velha

Segredo

Calolé, Tombo, Imbiara e outros

Nova Jatobá

Ceará - 1 novo processo

Sítio Trombetas

Maranhão - 10 novos processos

Mocajuba I

Santa Rosa

Tubarão

Contendas

Jacaré

São José

Vila Fé em Deus

Miranda do Rosário

Moreira

São Benedito Barros

Mato Grosso do Sul - 1 novo processo

Família Osório

Minas Gerais - 5 novos processos

Cachoeira dos Forros

Veloso

Currálinho

Suassui e Pitangueiras

Furtuoso e Varjão

Pernambuco - 1 novo processo

Umburana, Vitorino, Remanso, Caatinga e Mata de São José

Rio Grande do Norte - 3 novos processos

Sítio Grossos
Nova Descoberta
Sítio Pavilhão

Tocantins - 3 novos processos

Dona Juscelina
Rio das Almas
Curralinho do Pontal

- Publicação de nove relatórios técnicos de identificação e delimitação
Rosa – Amapá (30/04/2010)
Mata do Sapé – Bahia (28/01/2010)
Velame – Bahia (10/02/2010)
Pitoró dos Pretos – Maranhão (10/06/2010)
Capoeiras – Rio Grande do Norte (24/03/2010)
Macambira – Rio Grande do Norte (19/05/2010)
Novo Horizonte/Rincão dos Caixões – Rio Grande do Sul (30/03/2010)
Cambará – Rio Grande do Sul (10/05/2010)
Serra da Guia – Sergipe (19/05/2010)
- Publicação de uma portaria de reconhecimento pelo presidente do Incra:
Dandá – Bahia (08/04/2010)
- Publicação de um decreto declarando de interesse social para fins de desapropriação o território da Comunidade de Invernada dos Negros (SC).² Decreto s/n de 17 de junho de 2010.

Assim, ao final do primeiro semestre de 2010, 998 processos para regularização de terras quilombolas tramitavam no Incra. O estado com maior número de processos em andamento era o Maranhão (214 processos). Em segundo lugar estava Minas Gerais (126 processos) e em terceiro a Bahia (85 processos).

Em junho de 2010, **76% dos 998 processos** não havia sido alvo de qualquer providência.

² Com essa iniciativa, o governo Lula alcançou a marca de 33 decretos de desapropriação para regularização de terras quilombolas.